



**CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS
PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA**
Edital nº 01/2014

ANALISTA DE SISTEMAS

LEIA COM ATENÇÃO AS SEGUINTE INSTRUÇÕES

- 1 – Este caderno contém as questões da **Prova Objetiva e Dissertativa**.
- 2 – Use, como rascunho, a Folha de Respostas reproduzida ao final deste caderno.
- 3 – Ao receber a **Folha de Respostas** da Prova Objetiva:
 - Confira seu nome, número de inscrição e o cargo.
 - Assine, **A TINTA**, no espaço próprio indicado.

4 – **ATENÇÃO:** transcreva no espaço apropriado da sua **FOLHA DE RESPOSTAS**, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

“O homem ainda é o computador mais extraordinário de todos”.

ATENÇÃO:

FOLHA DE RESPOSTAS SEM ASSINATURA NÃO TEM VALIDADE.

5 – Ao transferir as respostas para a **Folha de Respostas**:

- 01

A	B	C	D
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

 • use apenas caneta esferográfica azul ou preta;
- 02

A	B	C	D
<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

 • preencha, sem forçar o papel, toda a área reservada à letra correspondente à resposta solicitada em cada questão;
- 03

A	B	C	D
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

 • assinale somente **uma** alternativa em cada questão;
- 04

A	B	C	D
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

 • sua resposta **NÃO** será computada se houver marcação de mais de uma alternativa, questões não assinaladas ou questões rasuradas.

NÃO DEIXE NENHUMA QUESTÃO SEM RESPOSTA.

As **Folhas de Respostas da PROVA OBJETIVA e DISSERTATIVA** não devem ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

ATENÇÃO: Conforme o subitem 9.5.11.1 do Edital, os candidatos não poderão utilizar, em hipótese alguma, lapiseira, corretivos ou outro material distinto do constante no subitem 9.5.11 deste Edital e seus anexos; **9.5.21** Será proibido, durante a realização das provas, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios, *paggers*, *beep*, agenda eletrônica, calculadora, *walkman*, *notebook*, *palmtop*, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, podendo a organização deste Concurso Público vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados; **9.5.24** Durante o período de realização das provas, não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido o uso de livros, códigos, manuais, impressos, anotações ou quaisquer outros meios. Somente será permitida a utilização de códigos na Prova Dissertativa nos termos do subitem 9.3.7 deste Edital e seus anexos; **9.5.25** Durante o período de realização das provas, não será permitido também o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço ou similares; **9.5.26** Será vedado ao candidato o porte de arma(s) no local de realização das provas, ainda que de posse de documento oficial de licença para o respectivo porte; **9.5.34** O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar sua Folha de Respostas da Prova Objetiva e Prova Dissertativa, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção; **9.5.35** Não haverá substituição da Folha de Respostas da Prova Objetiva ou da Prova Dissertativa por erro do candidato.

O caderno de questões e o gabarito da prova objetiva serão divulgados nos endereços eletrônicos <www.camarajf.mg.gov.br> e <www.gestaodeconcursos.com.br> no dia 19 de outubro de 2015.

DURAÇÃO MÁXIMA DA PROVA: 5 (CINCO) HORAS

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno contém, ao todo, **50 (cinquenta) questões de múltipla escolha**, cada uma constituída de **4 (quatro) alternativas de respostas**, assim distribuídas: **20 (vinte) questões de Língua Portuguesa**, **20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos**, **10 (dez) questões de Noções de Legislação Municipal**; e **2 (duas) questões dissertativas**, todas perfeitamente legíveis.

ao aplicador de provas para que ele tome as providências necessárias.

Caso não observe essa recomendação, não lhe caberá qualquer reclamação ou recursos posteriores.

Instrução: leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 20.

Lei Antifumo

LENIO LUIZ STRECK

Ronald Dworkin, um dos maiores juristas do mundo, sustenta que o direito deve ser aplicado por princípios — e não por política ou por moralismo. Isso quer dizer que pouco deve importar se o juiz ou o governo gostam ou desgostam de algo. Em nome da moral não é possível superar a Constituição, mesmo que isso me desagrade ou que desagrade a outras pessoas.

A regulamentação da Lei Antifumo é uma clara tentativa de corrigir moralmente a Constituição. Fumar é um ato de liberdade individual, protegido pela Constituição da República. Representa uma ação de autonomia e um exercício de liberdade individual dos cidadãos. Nesse contexto, as alterações promovidas na legislação pela nova Lei Antifumo, recentemente promulgada, caminham na contramão das liberdades constitucionais e invadem de modo grotesco a esfera privada de convívio do social.

Na verdade, a nova lei representa apenas mais um capítulo do recrudescimento no tratamento legal dos fumígenos pelo governo federal. Ora, ninguém nega que o cigarro faz mal. De um lado, queremos resolver o problema do morticínio pelo tabaco com o fechamento das possibilidades de as pessoas fumarem. Mas, de outro, milhares de pessoas morrem anualmente no Brasil por causa do violento trânsito automobilístico. Na guerra do trânsito, fazemos o contrário: o governo facilita a compra de automóveis via isenção de IPI. Neste ponto é possível fazer uma provocação: alguém defenderia a ideia de que a transferência de recursos federais seria inconstitucional?

No caso em questão, nenhum governo chega ao absurdo extremo de proibir de modo absoluto o fabrico de fumígenos, porque isso significaria abrir mão do alto imposto incidente sobre cigarros. Todavia aprova-se uma legislação politicamente correta que determina como as pessoas devem fazer uso do cigarro, como se coubesse aos agentes públicos condicionar a conduta dos indivíduos em seus momentos de lazer e descontração.

Após o processo de secularização ocorrido com a modernidade, não compete ao Estado a tarefa de “melhorar o cidadão”, de interferir nessa relação privada. O governo, porém, insiste em querer condicionar as ações dos particulares com base nas mais diversas justificações. Os argumentos defendidos muitas vezes giram em torno de temas como a defesa da saúde pública — como se a referência a essa questão tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.

Por exemplo, se uma pessoa desrespeita a placa de proibido fumar num bar, quem paga é o dono do bar. Não só é tolhida a liberdade de um indivíduo de fumar em determinado estabelecimento, como a culpa pela infração cometida recai sobre terceiro! Qual é a lógica de impor a responsabilização da pessoa jurídica? O objetivo aqui seria, mais uma vez, gerar outra fonte de receita para o Estado?

Ainda mais grave é a bizarra proibição de fumar em locais fechados (ou “semiabertos”, mais uma invenção do legislador). E a partir disso surgem as exceções arbitrárias. Determina a lei que, em cerimônias religiosas, é possível pitar em locais fechados. A condição de Estado laico aqui não significa nada, pois não?

Não é possível abrir um bar de fumadores, voltado para o público fumante. Dito de outra forma, é vedado que particulares fiquem de acordo em inaugurar um espaço onde se possa habitualmente beber e fumar, detendo um espaço específico destinado para tanto. Contudo, num local de culto religioso — onde pessoas também pactuaram que vão fumar em determinadas circunstâncias —, fumar é possível mesmo se o ambiente for fechado. Essa exceção se estende também a uma tabacaria fechada. A lei ficou, assim, como um queijo suíço.

Parece-me inconstitucional a proibição de que bares coloquem advertência na sua porta de que possuem locais de convívio destinados exclusivamente a fumadores. Quem não quiser frequentar pode fazer a escolha de não o fazer. Sob esse aspecto, a questão nem mesmo é complexa: só vai ao bar quem quer — e o governo federal nada tem que interferir na esfera de convivência social dos cidadãos brasileiros. Simples assim. Há limites para a intervenção do Estado na vida das pessoas e dos comerciantes.

Trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo. A Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco. É autorizado ao governo regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos. Faço a seguinte indagação: em que momento da história constitucional brasileira foi pactuado que o governo federal possui atribuição para determinar como serão, ou não, os bares e restaurantes?

Atualmente, não é politicamente correto falar a favor dos fumadores no Brasil. A porcentagem de cidadãos fumantes no País é menor do que outrora, e esse público representa uma fatia relativamente pequena da população. Muitas pessoas veem a proibição com bons olhos pela simples razão de não fumarem. Ou seja, amplos setores da sociedade não se importam com a agressividade das restrições ao tabaco porque tal assunto não os atinge diretamente.

A liberdade de escolha é condição de efetividade da democracia liberal, é fator determinante para o amadurecimento do Estado Constitucional de Direito. A defesa intransigente das liberdades individuais dos fumadores não é endereçada apenas a essa minoria de cidadãos que optou por fumar regularmente tabaco e derivados. Como qualquer restrição à liberdade individual, não se trata de um problema único e exclusivo dos fumantes — como comumente se faz crer —, mas sim de toda coletividade, que se vê tolhida em seu exercício de arbítrio.

Observação final: eu não sou fumador.

STRECK, Lenio Luiz. Lei Antifumo. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 28 jan. 2015. Disponível em: <opinioao.estado.com.br/noticias/geral,lei-antifumo-imp-,1625789>. Acesso em: 24 abr. 2015.

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa que está de acordo com as ideias apresentadas no texto.

- A) É atribuição do governo regulamentar e controlar a fabricação de cigarros e derivados, bem como estipular como devem ser os bares e restaurantes.
- B) Se bem que contrariem liberdades constitucionais, as restrições impostas pela lei antitabaco representam uma intervenção do governo à qual se deve anuir.
- C) Sob a bandeira da defesa da saúde pública, o governo busca justificar a adoção das medidas recentemente adotadas de restrição ao tabaco.
- D) As restrições ao tabaco promovidas pela lei antitabaco causam estranhamento até mesmo a pessoas que, por não fumarem, não se veem afetadas pela nova legislação.

Instrução: As questões de 2 a 4 referem-se ao primeiro parágrafo do texto, transcrito a seguir.

“Ronald Dworkin, um dos maiores juristas do mundo, sustenta que o direito deve ser aplicado por princípios — e não por política ou por moralismo. Isso quer dizer que pouco deve importar se o juiz ou o governo gostam ou desgostam de algo. Em nome da moral não é possível superar a Constituição, mesmo que isso me desagrade ou que desagrade a outras pessoas.” (1º parágrafo)

QUESTÃO 2

Na construção do parágrafo em análise, o autor empregou o recurso da

- A) definição.
- B) citação.
- C) alusão histórica.
- D) divisão.

QUESTÃO 3

No parágrafo em análise, a relação lógico-semântica que se estabelece entre o terceiro período e os dois períodos que o antecedem é de

- A) causa.
- B) explicação.
- C) consequência.
- D) conclusão.

QUESTÃO 4

No parágrafo em análise, fez-se uso do travessão para

- A) introduzir um comentário à margem do que se afirma.
- B) indicar uma circunstância mencionada incidentemente.
- C) destacar enfaticamente a parte final do enunciado.
- D) apontar um esclarecimento sobre o que se afirma.

QUESTÃO 5

“No caso em questão, nenhum governo chega ao absurdo extremo de proibir de modo absoluto o fabrico de fumígenos, porque isso **significaria** abrir mão do alto imposto incidente sobre cigarros.” (4º parágrafo)

No período em análise, a forma verbal em destaque indica

- A) um fato futuro certo, mas dependente de determinada condição.
- B) um fato futuro duvidoso.
- C) um fato posterior a determinado momento do passado.
- D) incerteza sobre fato passado.

QUESTÃO 6

“Em nome da moral não é possível superar a Constituição, mesmo que isso me desagrade ou que desagrade a outras pessoas.” (1º parágrafo)

Assinale a alternativa em que a nova redação promove **ALTERAÇÃO** no sentido original do período em análise.

- A) Ainda que isso me desagrade ou que desagrade a outras pessoas, não é possível, em nome da moral, superar a Constituição.
- B) Não é possível, em nome da moral, superar a Constituição, embora isso me desagrade ou desagrade a outras pessoas.
- C) Conquanto isso me desagrade ou desagrade a outras pessoas, em nome da moral não é possível superar a Constituição.
- D) Superar a Constituição em nome da moral não é possível, consoante isso me desagrade ou desagrade a outras pessoas.

QUESTÃO 7

Assinale a alternativa em que o referente da palavra ou expressão em destaque está indicado **INCORRETAMENTE** entre parênteses.

- A) “Todavia aprova-se uma legislação politicamente correta **que** determina como as pessoas devem fazer uso do cigarro (...).” (4º parágrafo) (UMA LEGISLAÇÃO POLITICAMENTE CORRETA)
- B) “(...) amplos setores da sociedade não se importam com a agressividade das restrições ao tabaco porque **tal assunto** não os atinge diretamente.” (11º parágrafo) (A AGRESSIVIDADE DAS RESTRIÇÕES AO TABACO)
- C) “(...) inaugurar um espaço onde se possa habitualmente beber e fumar, detendo um espaço específico destinado para **tanto**.” (8º parágrafo) (HABITUALMENTE BEBER E FUMAR)
- D) “(...) não é endereçada apenas a essa minoria de cidadãos **que** optou por fumar regularmente tabaco e derivados.” (12º parágrafo) (ESSA MINORIA DE CIDADÃOS)

QUESTÃO 8

“É autorizado ao governo regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.” (10º parágrafo)

Desconsideradas eventuais alterações de sentido, assinale a alternativa em que a nova redação do período em análise apresenta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) É fato que ao governo é autorizado regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.
- B) Não se discute que é autorizado o governo a regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como a tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.
- C) Autorizam-se ao governo regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.
- D) Reconhecem que ao governo é autorizado regulamentar e controlar o fabrico de cigarros e derivados, assim como tratar de modo diferenciado a propaganda comercial ligada aos fumígenos.

QUESTÃO 9

Assinale a alternativa em que a análise gramatical da palavra **que** está indicada **INCORRETAMENTE**.

- A) “Determina a lei **que**, em cerimônias religiosas, é possível pitar em locais fechados.” (7º parágrafo) (PRONOME RELATIVO)
- B) “(...) e o governo federal nada tem **que** interferir na esfera de convivência social dos cidadãos brasileiros.” (9º parágrafo) (PREPOSIÇÃO)
- C) “(...) alguém defenderia a ideia de **que** a transferência de recursos federais seria inconstitucional?” (3º parágrafo) (CONJUNÇÃO INTEGRANTE)
- D) “(...) em **que** momento da história constitucional brasileira foi pactuado que o governo federal possui atribuição (...)” (10º parágrafo) (PRONOME ADJETIVO INTERROGATIVO)

QUESTÃO 10

“Trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo. A Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco.” (10º parágrafo)

Assinale a alternativa em que a nova redação mantém o sentido original do fragmento textual em análise.

- A) Se a Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco, trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo.
- B) Trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo, não obstante a Constituição proteja a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco.
- C) A Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco; trata-se, pois, de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo.
- D) Trata-se de interferência estatal indevida nas esferas de autonomia do indivíduo e do livre empreendedorismo, pois a Constituição protege a liberdade de fumar e o livre fabrico de tabaco.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa em que a substituição do trecho destacado pelo trecho entre parênteses acarreta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) “(...) não **competete ao Estado** a tarefa de ‘melhorar o cidadão’, de interferir nessa relação privada.” (5º parágrafo) (COMPETE A ELE)
- B) “(...) caminham na contramão das liberdades constitucionais e **invadem** de modo grotesco **a esfera privada de convívio do social** (...)” (2º parágrafo) (INVADDEM-A)
- C) “(...) nenhum governo chega ao absurdo extremo de **proibir** de modo absoluto **o fabrico de fumígenos** (...)” (4º parágrafo) (O PROIBIR)
- D) “(...) como se **coubesse aos agentes públicos** condicionar a conduta dos indivíduos em seus momentos de lazer e descontração.” (4º parágrafo) (LHES COUBESSE)

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa em que a palavra **se** NÃO introduz uma oração adverbial.

- A) “Isso quer dizer que pouco deve importar se o juiz ou o governo gostam ou desgostam de algo.” (1º parágrafo)
- B) “Por exemplo, se uma pessoa desrespeita a placa de proibido fumar num bar, quem paga é o dono do bar.” (6º parágrafo)
- C) “Contudo, num local de culto religioso (...), fumar é possível mesmo se o ambiente for fechado.” (8º parágrafo)
- D) “(...) como se a referência a essa questão tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.” (5º parágrafo)

QUESTÃO 13

Desconsideradas eventuais alterações de sentido, assinale a alternativa em que a nova redação apresenta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) “De um lado, queremos resolver o problema do morticínio pelo tabaco com o fechamento das possibilidades de as pessoas fumarem (...).” (3º parágrafo)
De um lado, queremos resolver o problema do morticínio pelo tabaco com o fechamento das possibilidades de o cidadão fumar (...).
- B) “Por exemplo, se uma pessoa desrespeita a placa de proibido fumar num bar, quem paga é o dono do bar.” (6º parágrafo)
Por exemplo, se uma pessoa desrespeita a placa de proibido fumar num bar, quem paga são os empresários.
- C) “Todavia aprova-se uma legislação politicamente correta que determina como as pessoas devem fazer uso do cigarro (...).” (4º parágrafo)
Todavia aprova-se dispositivos legais que determinam como as pessoas devem fazer uso do cigarro (...).
- D) “Mas, de outro, milhares de pessoas morrem anualmente no Brasil por causa do violento trânsito automobilístico.” (3º parágrafo)
Mas, de outro, cerca de milhares de pessoas morrem anualmente no Brasil por causa do violento trânsito automobilístico.

QUESTÃO 14

“Há limites para a intervenção do Estado **na vida das pessoas e dos comerciantes.**” (9º parágrafo)

Assinale a alternativa em que a oração destacada **NÃO** apresenta a mesma função que o termo em destaque no período em análise.

- A) “No caso em questão, nenhum governo chega ao absurdo extremo **de proibir de modo absoluto o fabrico de fumígenos (...).**” (4º parágrafo)
- B) “Após o processo de secularização ocorrido com a modernidade, não compete ao Estado a tarefa de ‘melhorar o cidadão’, **de interferir nessa relação privada.**” (5º parágrafo)
- C) “Não só é tolhida a liberdade de um indivíduo **de fumar em determinado estabelecimento,** como a culpa pela infração cometida recai sobre terceiro!” (6º parágrafo)
- D) “O governo, porém, insiste **em querer condicionar as ações dos particulares** com base nas mais diversas justificações.” (5º parágrafo)

QUESTÃO 15

Desconsideradas eventuais alterações de sentido, assinale a alternativa em que a nova redação apresenta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) “(...) é vedado que particulares fiquem de acordo em inaugurar um espaço (...).” (8º parágrafo)
(...) é vedado que particulares acordem em inaugurar um espaço (...).
- B) “Qual é a lógica de impor a responsabilização da pessoa jurídica?” (6º parágrafo)
Qual é a lógica de responsabilizar a pessoa jurídica?
- C) “(...) porque isso significaria abrir mão do alto imposto incidente sobre cigarros.” (4º parágrafo)
(...) porque isso significaria prescindir o alto imposto incidente sobre cigarros.
- D) “(...) a proibição de que bares coloquem advertência na sua porta de que possuem locais (...).” (9º parágrafo)
(...) a proibição de que bares advertam na sua porta que possuem locais (...).

QUESTÃO 16

Assinale a alternativa em que a análise da forma verbal em destaque está **INCORRETA**.

- A) “(...) como se **coubesse** aos agentes públicos condicionar a conduta dos indivíduos em seus momentos de lazer e descontração.” (4º parágrafo) (PRETÉRITO IMPERFEITO DO SUBJUNTIVO, EXPRESSA FATO HIPOTÉTICO)
- B) “Atualmente, não é politicamente correto **falar** a favor dos fumadores no Brasil.” (11º parágrafo) (INFINITIVO PESSOAL, INDICA DETERMINAÇÃO DO SUJEITO)
- C) “(...) onde pessoas também **pactuaram** que vão fumar em determinadas circunstâncias (...)” (8º parágrafo) (PRETÉRITO PERFEITO DO INDICATIVO, INDICA FATO PASSADO CONCLUSO)
- D) “(...) o governo federal possui atribuição para determinar como **serão**, ou não, os bares e restaurantes?” (10º parágrafo) (FUTURO DO PRESENTE DO INDICATIVO, EXPRESSA FATO FUTURO CERTO OU PROVÁVEL)

QUESTÃO 17

“(...) como se a referência a essa questão tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.” (5º parágrafo)

Assinale a alternativa em que a nova redação apresenta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) (...) como se a referência à área da saúde tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.
- B) (...) como se a referência a temas dessa natureza tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.
- C) (...) como se a referência a saúde pública tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.
- D) (...) como se a referência a tal assunto tivesse a capacidade de legitimar medidas arbitrárias de restrição aos cigarros.

QUESTÃO 18

“Isso quer dizer que pouco deve importar se o juiz ou o governo **gostam** ou **desgostam** de algo.” (1º parágrafo)

Assinale a alternativa em que os verbos em destaque **NÃO** estão empregados no mesmo tempo e modo dos verbos destacados no período em análise.

- A) “Dito de outra forma, é vedado que particulares **fiquem** de acordo em inaugurar um espaço onde se **possa** habitualmente beber e fumar (...)” (8º parágrafo)
- B) “Ronald Dworkin, um dos maiores juristas do mundo, **sustenta** que o direito **deve** ser aplicado por princípios — e não por política ou por moralismo.” (1º parágrafo)
- C) “Por exemplo, se uma pessoa **desrespeita** a placa de proibido fumar num bar, quem **paga** é o dono do bar.” (6º parágrafo)
- D) “A porcentagem de cidadãos fumantes no País é menor do que outrora, e esse público **representa** uma fatia relativamente pequena da população.” (11º parágrafo)

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa em que a substituição do trecho destacado pelo trecho entre parênteses acarreta uma **INCORREÇÃO** gramatical.

- A) “Todavia **aprova-se** uma legislação politicamente correta que determina como as pessoas devem fazer uso do cigarro (...)” (4º parágrafo) (É APROVADA)
- B) “A defesa intransigente das liberdades individuais dos fumadores não é **endereçada** apenas a essa minoria de cidadãos que optou por fumar regularmente tabaco e derivados.” (12º parágrafo) (ENDEREÇA-SE)
- C) “(...) não se trata de um problema único e exclusivo dos fumantes — como comumente **se faz crer** (...)” (12º parágrafo) (É FEITO CRER)
- D) “(...) em que momento da história constitucional brasileira **foi pactuado** que o governo federal possui atribuição para determinar (...)” (10º parágrafo) (SE PACTUOU)

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa em que o sujeito das formas verbais em destaque está **INCORRETAMENTE** indicado entre parênteses.

- A) “(...) não **compete** ao Estado a tarefa de ‘melhorar o cidadão’ (...).” (5º parágrafo) (A TAREFA DE ‘MELHORAR O CIDADÃO’)
- B) “Ainda mais grave **é** a bizarra proibição de fumar em locais fechados (...).” (7º parágrafo) (A BIZARRA PROIBIÇÃO DE FUMAR EM LOCAIS FECHADOS)
- C) “E a partir disso **surgem** as exceções arbitrárias.” (7º parágrafo) (AS EXCEÇÕES ARBITRÁRIAS)
- D) “(...) **possuem** locais de convívio destinados exclusivamente a fumadores.” (9º parágrafo) (LOCAIS DE CONVÍVIO DESTINADOS EXCLUSIVAMENTE A FUMADORES)

ANALISTA DE SISTEMAS**QUESTÃO 21**

O protocolo que atua na camada de transporte é

- A) TCP.
- B) IP.
- C) ICMP.
- D) FTP.

QUESTÃO 22

O pacote utilizado para enviar um evento de notificação quando da ocorrência de uma anomalia em uma rede gerenciada via SNMP é

- A) SET.
- B) GET.
- C) TRAP.
- D) GETBULK.

QUESTÃO 23

O tipo de cabo blindado de rede que deve ser utilizado para transmitir em uma rede fast-ethernet utilizando switches é

- A) UTP.
- B) STP.
- C) 10BASET.
- D) UDP.

QUESTÃO 24

O elemento de software que deve ser utilizado para que navegadores web em uma rede local possam ter acesso a sites remotos, agindo como um agenciador das solicitações, uma vez que apenas este host agenciador terá acesso direto à Internet é

- A) gateway.
- B) proxy.
- C) roteador.
- D) switch.

QUESTÃO 25

A função em PHP que retorna < 0, se str1 é menor do que str2; > 0, se str1 é maior do que str2; e 0, se forem iguais, é

- A) `int strcmp (string $str1 , string $str2)`
- B) `int strcasecmp (string $str1 , string $str2)`
- C) `int strncmp (string $str1 , string $str2)`
- D) `int strcmp (string $str1 , string $str2)`

QUESTÃO 26

O comando em JAVA que serve para encerrar a execução de comandos e verificar o valor de condição do loop, caso o valor seja "verdadeiro", a iteração continua; caso contrário, ela se encerra, é

- A) `break`
- B) `repeat`
- C) `test`
- D) `continue`

QUESTÃO 27

A estrutura de dados que apresenta como característica o conceito de LAST in, FIRST out durante a entrada e saída de dados respectivamente é

- A) fila.
- B) pilha.
- C) árvore.
- D) lista.

QUESTÃO 28

O endereço da porta padrão no servidor, quando o navegador web faz uma requisição https a um servidor de sites, é

- A) 443
- B) 80
- C) 8080
- D) 543

QUESTÃO 29

A função T-SQL que deve ser utilizada quando se pretende fazer uma busca em banco de dados utilizando a semelhança sonora entre as palavras é

- A) `sound`
- B) `fonetic`
- C) `soundex`
- D) `soundseek`

QUESTÃO 30

Assinale a alternativa que apresenta o comando T-SQL que está na sintaxe correta da linguagem.

- A) `SELECT ColumnA + ColumnB + constant FROM T GROUP BY ColumnA, ColumnB;`
- B) `SELECT ColumnA + ColumnB + constant FROM T GROUP ColumnA, ColumnB;`
- C) `SELECT FROM T ColumnA + ColumnB + constant GROUP BY ColumnA, ColumnB;`
- D) `SELECT ColumnA + ColumnB + constant GROUP BY ColumnA, ColumnB;`

QUESTÃO 31

Uma tabela "R", em que cada atributo não chave da tabela não possui dependência transitiva para cada chave candidata de R, sendo que essa tabela atende os requisitos das demais chaves normais superiores a ela, se encontra na

- A) primeira forma normal.
- B) segunda forma normal.
- C) terceira forma normal.
- D) única forma normal.

QUESTÃO 32

O comando que deve ser utilizado para localizar ficheiros em um servidor Linux é

- A) locate
- B) finder
- C) find
- D) seek

QUESTÃO 33

O recurso do Windows 8 que deve ser utilizado para fazer a remoção de programas instalados é

- A) programas instalados.
- B) programas padrão.
- C) programas e recursos.
- D) remoção de programas.

QUESTÃO 34

O comando, no ambiente do Windows, que deve ser utilizado para verificar o IP de um servidor é

- A) Ipsend
- B) Ipconfig
- C) Ipview
- D) Ipdetect

QUESTÃO 35

O tipo de RAID que permite fazer o espelhamento de discos é

- A) RAID0
- B) RAID1
- C) RAID2
- D) RAID3

QUESTÃO 36

O valor do 126 (decimal) quando convertido para hexadecimal é

- A) 12E
- B) 7E
- C) 4E
- D) 61E

QUESTÃO 37

O barramento que permite a maior velocidade de transmissão quando utilizado na comunicação entre placa mãe e hard disk é

- A) SATAII.
- B) SATAx.
- C) SATAIII.
- D) SATAe.

QUESTÃO 38

A norma atualmente utilizada no Brasil para gestão da segurança da informação nas instituições é a

- A) NBR 27001.
- B) NBR 65500.
- C) NBR 65450.
- D) NBR 7799.

QUESTÃO 39

Assinale a alternativa que indica o resultado da soma entre os binários 110001 e 101111.

- A) 1100000
- B) 1011011
- C) 1100011
- D) 1011110

QUESTÃO 40

As formas de criptografia a seguir são utilizadas em redes wireless, **EXCETO**:

- A) WPA
- B) WPA2
- C) WEP
- D) DES

QUESTÃO 41

João é servidor efetivo de uma Secretaria Municipal de Juiz de Fora, tendo sido nomeado para o cargo há seis anos. Pretendendo realizar um curso de pós-graduação, João requer licença para tratar de interesses particulares.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que:

- A) o requerimento deverá ser negado, porque, desde 2012, não mais existe a referida licença no âmbito da Administração Pública do Município.
- B) como João já possui mais de cinco anos de serviço, o requerimento terá que ser deferido.
- C) o requerimento poderá ser deferido ou indeferido, segundo juízo de valor que considere o interesse público.
- D) a licença terá que ser deferida, não podendo, todavia, ultrapassar o prazo de um ano.

QUESTÃO 42

É **CORRETO** afirmar que o Adicional de Responsabilidade na Rede de Atenção às Urgências (ARRAU), existente no âmbito da administração pública de Juiz de Fora, tem como destinatários:

- A) os profissionais integrantes das carreiras de saúde, incluindo os contratados temporários em atuação em Unidade Básica de Saúde.
- B) os servidores das carreiras de saúde lotados no Departamento de Vigilância Epidemiológica e Ambiental.
- C) os servidores que exerçam atividades em regime de plantão no Hospital Municipal de Urgência e Emergência.
- D) os integrantes da carreira de médico da Administração Direta, incluindo os municipalizados, que atuam em regime de plantão em unidade de urgência e emergência do Sistema Único de Saúde do Município – SUS/JF.

QUESTÃO 43

Pedro é servidor estável da Administração Direta do Município de Juiz de Fora. O cargo exercido por Pedro é extinto por lei. É **CORRETO** afirmar que, durante o período em que estiver em disponibilidade, Pedro:

- A) receberá integralmente o valor de sua remuneração a título de proventos.
- B) não fará jus à remuneração.
- C) receberá 50% da remuneração a que fazia jus antes da extinção do cargo.
- D) receberá proventos proporcionais ao tempo de serviço.

QUESTÃO 44

O prefeito de Juiz de Fora veta determinado artigo de um projeto de lei aprovado pela Câmara de Vereadores. Relativamente à apreciação do veto pela Câmara Municipal, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) ocorrerá em uma só discussão e votação.
- B) será feita pelo Plenário da Câmara.
- C) a rejeição do veto dependerá do voto da maioria simples dos vereadores.
- D) deve se dar dentro de 120 dias a contar do recebimento do veto, sob pena de sobrestamento das demais proposições.

QUESTÃO 45

Suponha o seguinte: no último mês do terceiro ano do governo, ocorre a vacância dos cargos de prefeito e de vice-prefeito de Juiz de Fora. Na hipótese e segundo o que prevê a Lei Orgânica daquele Município, é **CORRETO** afirmar que:

- A) assumirá o cargo de prefeito o presidente da Câmara Municipal, que completará o período do mandato.
- B) assumirá o cargo de prefeito o presidente da Câmara Municipal, que o exercerá até que a Justiça Eleitoral indique o sucessor definitivo do prefeito.
- C) será realizada eleição para os cargos vagos, após 90 dias, contados a partir da abertura da última vaga.
- D) assumirá o cargo de prefeito o candidato colocado em segundo lugar na última eleição, com o candidato a vice de sua chapa.

QUESTÃO 46

O Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Juiz de Fora deve ser expedido por meio de:

- A) Lei Complementar.
- B) Resolução.
- C) Lei ordinária.
- D) Deliberação da Mesa.

QUESTÃO 47

O prefeito de Juiz de Fora resolve colocar à venda um determinado bem imóvel do Município e consulta um assessor sobre seu intento. Em resposta, o assessor lhe informa que, no caso, e segundo o que determina a Lei Orgânica, o Município deve usar, preferencialmente à venda do bem, a(o):

- A) permuta por outro imóvel.
- B) doação.
- C) doação em pagamento.
- D) concessão de direito real de uso.

QUESTÃO 48

Afonso é servidor efetivo e estável da Secretaria de Governo de Juiz de Fora. Aprovado em concurso, Afonso é nomeado para outro cargo do quadro de outra Secretaria do mesmo Município, razão pela qual deixa o cargo que ocupava na Secretaria de Governo, uma vez que não se tratam de cargos acumuláveis. Todavia, o referido servidor não logra aprovação no estágio probatório.

Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que Afonso:

- A) não poderá retornar ao cargo que ocupava na Secretaria do Governo, salvo no caso de aprovação em novo concurso público.
- B) poderá retornar ao cargo que ocupava na Secretaria de Governo mediante readaptação.
- C) poderá retornar ao cargo que ocupava na Secretaria de Governo mediante recondução.
- D) poderá retornar ao cargo que ocupava na Secretaria de Governo mediante simples nomeação.

QUESTÃO 49

José, ocupante de cargo efetivo da Administração Direta do Município de Juiz de fora, é exonerado a pedido, após oito meses de exercício do cargo. Considerada a disciplina legal sobre o direito de férias do servidor público do referido Município, é **CORRETO** afirmar que José:

- A) não terá direito à remuneração de férias, uma vez que a exoneração se deu a pedido.
- B) não terá direito à remuneração de férias, uma vez que não integralizou o período aquisitivo, que é de doze meses de exercício.
- C) terá direito à remuneração de férias no valor de 50% da remuneração mensal.
- D) terá direito à remuneração de férias na proporção de oito doze avos (8/12) da remuneração mensal.

QUESTÃO 50

Ocupante estável de dois cargos efetivos de professor do Município de Juiz de Fora, Beatriz é nomeada para cargo em comissão da Administração Direta do referido Município. Na hipótese, é **CORRETO** afirmar que Beatriz:

- A) poderá exercer os três cargos, desde que haja compatibilidade horária.
- B) poderá exercer o cargo em comissão cumulativamente com, apenas, um dos cargos de professor.
- C) ficará afastada dos dois cargos de professor.
- D) terá que pedir exoneração de dois cargos de professor, para assumir o cargo de comissão.

PROVA DISSERTATIVA

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Assine **A TINTA**, somente no lugar apropriado na folha de identificação do Caderno de Respostas da Prova Dissertativa.
2. **NÃO SE IDENTIFIQUE NAS FOLHAS DE RESPOSTA DA PROVA DISSERTATIVA.**
3. **9.3.2.** As provas dissertativas serão compostas de 02 (duas) questões discursivas que deverão ser respondidas em, no mínimo de 10 (dez) e máximo de 15 (quinze) linhas.
4. **9.3.3.** Será penalizado o candidato que não obedecer aos limites de número de linhas definidos no subitem **9.3.2** do Edital e seus anexos, de acordo com o seguinte critério: a) desconto de 0,5 (meio ponto) por linha aquém do estipulado; b) desconto de 0,5 (meio ponto) por linha que exceda o máximo estipulado.
5. **9.3.4.** Cada questão da prova dissertativa terá o valor de 50 (cinquenta) pontos, perfazendo-se um total de 100 (cem) pontos.
6. **9.3.6.** A Prova Dissertativa abrangerá como itens de avaliação:

Cargos de Assistente Técnico Legislativo - Analista de Sistemas e Assistente Técnico Legislativo - Contador	Pontos por questão
1. Compreensão / conhecimento do conteúdo proposto e propriedade da resposta.	25
2. Argumentação acerca dos conhecimentos específicos apropriada, relevante e suficiente em relação às questões propostas.	15
4. Emprego correto das normas gramaticais e do vocabulário: Colocação Pronominal – peso 2,0 – desconto por erro 0,5. Ortografia/ Acentuação/ Pontuação – peso 4,0 – desconto por erro 0,25. Regência Verbal e Nominal – peso 2,0 – desconto por erro 0,25 Concordância Verbal e Nominal – peso 2,0 – desconto por erro 0,5.	10
TOTAL	50

7. **9.3.5.** Será eliminado do Concurso Público o candidato que não obtiver o mínimo de 60% (sessenta por cento) do total dos pontos distribuídos na prova dissertativa.
8. **9.3.6.1** Os candidatos que não pontuarem no quesito compreensão, conhecimento do conteúdo proposto e propriedade da resposta não terão o quesito emprego correto das normas gramaticais e do vocabulário corrigidos.
9. Em caso de erro, o candidato poderá fazer um traço na(s) palavra(s) errada(s) e coloca-la(s) entre parênteses, para que a(s) mesma(s) seja(m) desconsiderada(s).
10. **9.3.8.** Será adotado processo que impeça a identificação do candidato por parte da banca examinadora, garantindo-se o sigilo do julgamento.

QUESTÃO 1

Dentre os vários tipos de testes que precisam ser realizados durante o processo de desenvolvimento de um novo aplicativo, estão os testes de integração, de regressão, de validação, alfa e beta, entre outros.

Elabore um texto descrevendo pelo menos cinco objetivos do teste de unidade e onde ele deve ser aplicado. Utilize exemplos que fundamentem a descrição dos objetivos apresentados.

QUESTÃO 2

O desenvolvimento ágil de software possui inúmeras vantagens para quem o utiliza e para o cliente final do sistema, combinando uma filosofia e um conjunto de diretrizes de desenvolvimento. Discorra sobre pelo menos cinco aspectos relacionados a esse formato de desenvolvimento de um novo software.

RASCUNHO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

EM BRANCO

RASCUNHO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

FOLHA DE RESPOSTAS (RASCUNHO)

1	A	B	C	D	18	A	B	C	D	35	A	B	C	D
2	A	B	C	D	19	A	B	C	D	36	A	B	C	D
3	A	B	C	D	20	A	B	C	D	37	A	B	C	D
4	A	B	C	D	21	A	B	C	D	38	A	B	C	D
5	A	B	C	D	22	A	B	C	D	39	A	B	C	D
6	A	B	C	D	23	A	B	C	D	40	A	B	C	D
7	A	B	C	D	24	A	B	C	D	41	A	B	C	D
8	A	B	C	D	25	A	B	C	D	42	A	B	C	D
9	A	B	C	D	26	A	B	C	D	43	A	B	C	D
10	A	B	C	D	27	A	B	C	D	44	A	B	C	D
11	A	B	C	D	28	A	B	C	D	45	A	B	C	D
12	A	B	C	D	29	A	B	C	D	46	A	B	C	D
13	A	B	C	D	30	A	B	C	D	47	A	B	C	D
14	A	B	C	D	31	A	B	C	D	48	A	B	C	D
15	A	B	C	D	32	A	B	C	D	49	A	B	C	D
16	A	B	C	D	33	A	B	C	D	50	A	B	C	D
17	A	B	C	D	34	A	B	C	D					

AO TRANSFERIR ESSAS MARCAÇÕES PARA A FOLHA DE RESPOSTAS,
OBSERVE AS INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS DADAS NA CAPA DA PROVA.

USE CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL OU PRETA.

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**